

Evidencialidade/mediatividade, modalidade epistémica e (inter)subjetividade

Augusto Soares da Silva
assilva@ucp.pt
Universidade Católica Portuguesa
CEFH (Portugal)

ABSTRACT.

Evidentiality or, following the French linguistic tradition, “mediativity” is a complex and controversial category, with an already extensive body of literature devoted to other languages and a few studies focusing on Portuguese. As a conceptual category, abstracting away from its linguistic means of expression, which is to some extent present in languages such as Portuguese that lack a specific grammatical system for its codification, evidentiality/mediativity raises two main issues which are yet to be addressed: the first question concerns the definition of its status as a grammatical, semantic or discursive category and of its conceptual basis, traditionally characterized as referring to the source of information for the propositional content of the utterance, while the second touches upon its demarcation with respect to the conceptual category of epistemic modality. The aim of this study is to provide an answer to both questions from a cognitive-functional, usage-based perspective, on the basis of two grammaticalized evidential/mediative markers of Portuguese, namely the compound form of the future and the verb *parecer* ‘seem’ followed by a non-finite verb or a finite clause. We sustain the view that evidentiality provides an indication about the source and reliability of the information, and that reliability does not necessarily involve degrees of epistemic speaker commitment or degrees of (un)certainly. While the *reportative* evidential uses of the compound form of the future in Modern European Portuguese, typical of news reports, and of *parecer* provide evidence for the relative independence of evidentiality in relation to epistemic modality, the *inferential* evidential uses of the compound future and of *parecer* reveal a close link, and even a partial overlap, between evidentiality and epistemic modality. Both reportative and inferential uses of these evidential markers contribute to the speaker’s epistemic control in the discourse and speaker’s intersubjective alignment. While the inferential uses of the compound future and of *parecer* stemmed from diachronic cognitive and pragmatic-discursive processes of *subjectification*, the reportative uses of these evidential markers resulted from diachronic cognitive and pragmatic-discursive processes of *intersubjectification*.

KEYWORDS.

Evidentiality, reportative/inferential evidential expressions; epistemic modality; (inter)subjectification; compound form of the future; *parecer* ‘seem’.

RESUMO.

A evidencialidade ou, seguindo a tradição francesa, mediatividade é uma categoria complexa, controversa e ainda não estabelecida na terminologia linguística do português, com uma literatura já extensa para outras línguas e alguns estudos para o português. Como categoria conceptual, independente das suas formas de expressão linguística, de algum modo presente nas línguas desprovidas de um sistema gramatical específico para a codificar, como o português, coloca ainda hoje duas questões principais: (i) a questão da definição do seu estatuto como categoria gramatical, semântica ou discursiva e do seu conceito tradicionalmente caracterizado como designado a origem da informação do conteúdo proposicional de um enunciado e (ii) a questão da sua demarcação relativamente à categoria conceptual da modalidade epistêmica. Procuraremos responder a estas duas questões numa perspetiva cognitivo-funcional e centrada no uso da língua e com base em duas expressões evidenciais/mediativas gramaticalizadas do português: o futuro composto (ou futuro *perfeito*) e o verbo *parecer* seguido de oração finita ou infinitiva. Argumentaremos que a evidencialidade indica a origem e a fiabilidade da informação e que a fiabilidade da informação não envolve necessariamente graus de compromisso epistémico do locutor ou graus de (in)certeza. Os usos mediativos *reportativos* do futuro composto do português europeu contemporâneo, típico do discurso jornalístico noticioso, e de *parecer* comprovam esta independência da evidencialidade em relação à modalidade epistêmica. Os usos mediativos *inferenciais* do futuro composto e de *parecer* mostram a relação estreita e mesmo a sobreposição parcial de evidencialidade e modalidade epistêmica. Ambos os usos reportativo e inferencial destes dois marcadores evidenciais contribuem para o controlo epistémico do locutor no discurso e para o alinhamento intersubjetivo dos participantes do ato de comunicação. Os usos inferenciais do futuro composto e de *parecer* resultaram de processos diacrónicos cognitivos e pragmático-discursivos de *subjefificação*, ao passo que os seus usos reportativos emergiram de idênticos processos de *intersubjefificação*.

PALAVRAS-CHAVE.

Evidencialidade; mediativo reportativo/inferencial; modalidade epistêmica, (inter) subjefificação, futuro perfeito, verbo *parecer*.

1. Introdução

Desde o trabalho seminal sobre “evidentiality” (Chafe & Nichols 1986), entende-se geralmente este fenómeno como uma categoria gramatical especial, presente apenas em determinadas línguas, que codifica a fonte de informação (e.g. Aikhenvald 2004). Mais recentemente, tem havido um interesse crescente pelas diversas manifestações lexicais, gramaticais e discursivas deste fenómeno em línguas desprovidas de um sistema gramatical específico para o codificar, como o português e as outras línguas europeias

em geral, e o que se designa pelo anglicismo *evidencialidade* ou pelo termo alternativo da tradição francesa *mediatividade* (Guentchéva 1994), sem os problemas de adequação terminológica do empréstimo do inglês, passou a ser reinterpretado no sentido mais geral de categoria conceptual ou domínio funcional que indica a fonte de informação do conteúdo proposicional de um enunciado, de algum modo presente em todas as línguas, seja em estratégias discursivas seja em expressões de um contínuo léxico-gramatical. Assumimos este sentido amplo de *evidencialidade* – termo ausente nas principais gramáticas de referência do português.

Na literatura já extensa sobre *evidencialidade* ou *mediatividade* em línguas como o inglês, o francês ou o espanhol subsistem duas questões principais sobre esta categoria conceptual e linguística, que são problemas da sua própria categorização: (i) a questão da definição da natureza desta categoria principalmente em línguas que não têm um sistema gramatical de evidencialidade/mediatividade, mais especificamente a questão de saber se estamos perante uma categoria gramatical, uma categoria semântica ou um fenómeno discursivo; (ii) e a questão da demarcação da evidencialidade/mediatividade relativamente a categorias conceptual e linguisticamente próximas, a começar pela modalidade epistémica. Em relação à primeira questão, existem também outros problemas, nomeadamente saber se evidencialidade/mediatividade designa apenas ou essencialmente a “fonte de informação” ou o “modo de conhecimento” ou exprime também a “fiabilidade” dessa informação ou desse conhecimento; e identificar diferentes tipos de evidencialidade/mediatividade. Uma outra questão é a da origem e desenvolvimento dos marcadores evidenciais/mediativos em línguas sem a correspondente categoria gramatical, particularmente a tendência de estes marcadores se terem formado através de processos diacrónicos graduais de *gramaticalização* de estratégias discursivas.

Pretendemos neste estudo trazer um pequeno contributo para, por um lado, a clarificação da categoria complexa, controversa e ainda não estabelecida na terminologia linguística do português (pese embora alguns estudos, a que faremos referência na secção seguinte) da *evidencialidade* ou *mediatividade* e, por outro lado, a relação entre esta categoria e a categoria bem estabelecida da *modalidade epistémica* (Oliveira 1988, 2000, 2003, Oliveira & Mendes 2013), particularmente o modo como

estas duas categorias se podem distinguir e intersetar, e ainda a categoria da *(inter)subjetividade*. Apoiaremos a argumentação em breves análises de duas expressões de evidencialidade/mediatividade no português: o futuro composto ou futuro perfeito, amplamente estudado por Duarte (2009, 2012, 2015, 2017, 2019, 2021), e o verbo *parecer* seguido de oração infinitiva (*parecer* + Inf.) ou oração finita (*parecer que*), cujo processo de gramaticalização foi detalhadamente analisado por Gonçalves (2003) e por Lima (2004). Estes são dois exemplos de um conjunto diversos de marcadores evidenciais/mediativos do português, que inclui outras formas da flexão do verbo como o futuro simples e o condicional simples e composto, os verbos modais *dever* e *poder* com valor epistémico, verbos de percepção (Oliveira 2013), os verbos performativos *prometer* e *ameaçar* (Lima 2011), advérbios de frase (como *aparentemente*, *alegadamente*, *certamente*), a expressão *diz que* no português brasileiro (Casseb-Galvão 2001), entre outros recursos.

Nas três secções seguintes discutiremos a noção e a natureza da categoria de evidencialidade ou mediatividade, as razões da sua diferenciação e da sua interseção com a modalidade epistémica e as dimensões de subjetividade e intersubjetividade envolvidas no uso de expressões evidenciais/mediativas e em processos diacrónicos de gramaticalização de que resultam marcadores evidenciais/mediativos. Seguidamente, analisaremos, de modo sucinto e incompleto, os usos evidenciais/mediativos reportativo e inferencial do futuro perfeito e de *parecer* + Inf. e *parecer que*, bem como os respetivos processos de subjetificação e intersubjetificação que conduziram à sua gramaticalização.

2. Evidencialidade ou mediatividade: semântica, gramática ou discurso?

O termo *evidencialidade* é a tradução literal do termo e conceito bem estabelecidos na terminologia linguística do inglês “*evidentiality*” (de “*evidential*” e “*evidence*”), desde Franz Boas e Roman Jakobson (Dendale & Tasmowski 2001, Aikhenvald 2004), com os problemas de adequação semântica deste anglicismo, já que “*evidence*” significa prova ou indício, ao passo que *evidência* é a qualidade do que não oferece dúvidas, do que é claro, óbvio, incontestável, embora possa também ser usado no

sentido metonímico de prova (atestado no Dicionário da Academia). Ainda não estabelecido na terminologia linguística do português, o termo *evidencialidade* tem sido usado em alguns estudos (e.g. Casseb-Galvão 2001, Gonçalves 2003, Martins 2010, Oliveira 2013, Lima 2014). Considerando os mesmos problemas de adequação terminológica, a tradição francesa prefere o termo “*médiatif*” ou “*médiation, médiatisation*” (Guentchéva 1994), que remete para o que é indireto ou faz uso de um intermediário, adaptado ao português como *mediativo* e enunciação *mediatizada* por Campos (2001). Os termos das tradições inglesa e francesa não têm exatamente o mesmo sentido: *mediatividade* corresponde a *evidencialidade* indireta, no sentido de fonte indireta de informação ou conhecimento por via indireta, de que o locutor não é a primeira fonte, donde o consequente distanciamento enunciativo (Dendale & Tasmowski 2001: 341). Como termo mais abrangente, *evidencialidade* cobre também a fonte direta da informação ou conhecimento que o locutor tem pela sua experiência sensorial (visão, audição, etc.), isto é, a evidencialidade direta.

Para além da evidencialidade direta ou sensorial, distinguem-se dois tipos de evidência/evidencialidade indireta (Willet 1988): a evidencialidade reportada, de origem externa ao locutor ou informação em “segunda mão”, e a evidencialidade inferida, de origem pessoal, isto é, do locutor.¹ Já a categoria da mediatividade inclui três tipos: o mediativo citacional (ou reportativo) de factos relatados (a partir do discurso de outrem, incluindo os rumores e os conhecimentos transmitidos pela tradição), o mediativo inferencial de factos inferidos e o mediativo admirativo (ou mirativo) de factos de surpresa (Guentchéva 1994). Fazendo a correspondência entre as terminologias francesa e inglesa, a mediatividade de factos relatados corresponde à evidencialidade indireta de tipo reportado e a mediatividade de factos inferidos e de factos de surpresa cobre a evidencialidade indireta de tipo inferido.

Mais complexa e variável na literatura linguística é a definição de evidencialidade e de mediatividade. Os problemas resultam do facto de se ter estendido o que inicialmente se definiu como uma categoria gramatical,

¹ São várias as tipologias de evidencialidade que têm sido propostas. Cornillie (2009) e Cornillie *et al.* (2015) sintetizam três dimensões de distinção de tipos de evidencialidade: “modo de conhecimento” (visual, auditivo, olfativo, outro modo sensorial, dedutivo, indutivo, abduutivo); “tipo de evidência” (direta e indireta) e “origem da evidência” (pessoal, i.e., locutor e não pessoal ou mediatizada).

morfológica ou morfossintática, existente apenas em determinadas línguas (como turco, albanês, búlgaro, quéchua, tucano) a todas as línguas do mundo e, portanto, àquelas que, como o português, carecem de um sistema gramatical específico de evidencialidade/mediatividade e a exprimem por meios lexicais ou outros. A evidencialidade/mediatividade é uma categoria morfossintática, uma categoria semântica ou um fenómeno discursivo? É uma categoria gramatical exclusiva de determinadas línguas ou uma categoria conceptual universal? Guentchéva (1994, 1996) estabelece a distinção entre *mediativo*, como categoria gramatical sistematicamente presente numa língua, e *enunciação mediatizada*, como fenómeno discursivo, que não implica a existência dessa categoria gramatical, como acontece nas línguas que carecem de um sistema formal de mediativos. Rejeitando a extensão semântica de *evidencialidade* a uma categoria conceptual geral, Aikhenvald (2007: 209) propõe o uso do termo *evidencial* para designar a fonte da informação como sistema gramatical fechado de uso obrigatório e a expressão *fonte da informação* para referir a correspondente categoria conceptual. Cornillie (2007) fala de um contínuo de gramaticalização de expressões de evidencialidade entre expressões mais lexicais e expressões mais gramaticais. Mais recentemente, Bernárdez (2017, 2019), revendo as definições de evidencialidade e apontando várias inconsistências e confusões, mostra as vantagens em diferenciar meios formais de expressão deste fenómeno e evidencialidade/mediatividade como estratégia discursiva de motivações cognitivas e culturais e em entender evidencialidade/mediatividade como envolvendo processos de (maior ou menor) gramaticalização de estratégias discursivas.

Como categoria conceptual, a *evidencialidade* exprime a fonte e a fiabilidade da informação veiculada (e.g. Cornillie 2009, Langacker 2017) e a *mediatividade*, entendida como subcategoria, designa o conhecimento não direto, com o conseqüente distanciamento enunciativo, independentemente de, tanto num caso como no outro, serem ou não expressas por marcadores evidenciais/mediativos gramaticais, (mais ou menos) gramaticalizados, lexicais ou ainda por estratégias discursivas. A necessidade de explicitar a fonte da informação ou do conhecimento traz consigo a noção de *fiabilidade* dessa fonte e dessa informação/conhecimento, avaliável em diferentes graus, sendo naturalmente maior a fiabilidade nos casos de

evidencialidade direta do que nos de evidencialidade indireta. Especificação da fonte da informação/conhecimento e avaliação da sua fiabilidade podem ser acompanhadas de valores modais, designadamente diferentes graus de compromisso epistémico do locutor ou diferentes graus de certeza sobre a validação da informação veiculada, donde a relação tão estreita como problemática entre as categorias conceptuais de evidencialidade e modalidade epistémica, de que nos ocuparemos na secção seguinte.

A categoria conceptual da evidencialidade/mediatividade, como expressão da fonte e da fiabilidade da informação, emerge da atividade de comunicação, da interação verbal intersubjetiva, como fenómeno eminentemente discursivo e predominantemente condicionado por fatores socioculturais (Bernárdez 2017).² Na perspetiva de um modelo da *língua em uso*, tal como perfilhada pela linguística cognitiva e pela linguística funcional, todas as categorias linguísticas, incluindo também as categorias gramaticais, emergem do uso linguístico, no sentido de serem abstraídas e convencionalizadas como rotinas cognitivas a partir da interação verbal. Esta natureza emergente do uso linguístico aplica-se mais ainda a categorias como a evidencialidade/mediatividade, dada a sua função discursiva e intersubjetiva e o facto de poder não ser uma categoria gramatical bem estabelecida na gramática de uma língua. Na introdução ao recente volume “Evidentiality Revisited”, Marín Arrese *et al.* (2017) enfatizam o uso dos marcadores e das estratégias evidenciais como importantes recursos de *tomada de posição* do locutor no discurso.

3. Evidencialidade e modalidade epistémica

Uma das questões que tem suscitado mais discussão e alguma confusão terminológica nos estudos recentes sobre a evidencialidade é saber se evidencialidade e modalidade epistémica constituem ou não domínios

² Analisando diferentes tipos de línguas com e sem sistema gramatical específico de evidencialidade, Bernárdez (2017) mostra como a categoria da evidencialidade é determinada por fatores culturais e cognitivos. Em línguas como o cha'palaa (do norte do Equador), Bernárdez encontra a evidencialidade associada às condições socioculturais e ambientais dos seus falantes e conclui que pequenos grupos vivendo em ambientes isolados, impenetráveis como a floresta da Amazónia ou com chuva excessiva que impede a deslocação mesmo para locais relativamente próximos, tendem a desenvolver marcadores evidenciais.

conceptuais distintos. Na literatura das duas últimas décadas encontram-se três concepções diferentes sobre a relação entre estas duas categorias (Dendale & Tasmowski 2001, Marín Arrese *et al.* 2017): (i) a *disjunção* de dois domínios conceptualmente distintos embora relacionados, restringindo-se a evidencialidade à identificação da fonte e do modo de acesso à informação disponível ao locutor (e.g. Anderson 1986, Aikhenvald 2004) ou à identificação da fonte da informação e à avaliação da sua fiabilidade (Cornillie 2009), desconsiderando sempre qualquer juízo de grau de (in) certeza; (ii) a *inclusão* da modalidade na evidencialidade (Matlock 1989) ou, mais frequentemente, da evidencialidade na modalidade, sendo esta hiperónimo de modalidade epistémica e de evidencialidade (e.g. Willett 1988, Nuyts 2001 e Palmer 2001, que prefere a expressão “modalidade proposicional” como hiperónimo); e (iii) a *sobreposição*, no sentido de a evidencialidade inferencial e a necessidade epistémica constituírem um domínio de interseção (van der Auwera & Plungian 1998) ou no sentido proposto por Boye (2012) de evidencialidade e modalidade epistémica serem subcategorias da categoria superordenada *epistemicidade* (no sentido etimológico de epistemologicamente relevante).

Como categorias conceptuais e linguísticas e tal como geralmente são entendidas na literatura linguística, à parte as divergências principalmente em relação à noção de evidencialidade, há relativo consenso em considerar evidencialidade e modalidade epistémica como noções distintas. A evidencialidade é entendida como designando a fonte da informação ou do conhecimento e, num sentido mais elaborado (por alguns autores), como exprimindo também a fiabilidade dessa fonte e dessa informação/conhecimento e ainda (Cornillie 2009) a atitude do locutor em relação à validade dessa informação/conhecimento. Pelo contrário, a modalidade epistémica é descrita como “evaluation of the chances that a certain hypothetical state of affairs under consideration (or some aspect of it) will occur, is occurring or has occurred in a possible world” (Nuyts 2001: 21); definição mais restrita e precisa do que a definição tradicional de autores como Palmer (1986: 51), para quem o termo *epistémico* se aplica não apenas às noções de ‘possibilidade’ e ‘necessidade’ mas também indica o grau de compromisso do locutor para com o que enuncia. Há razões mais teóricas ou mais práticas para considerar que são categorias distintas. Por

exemplo, o locutor pode aceitar e apresentar uma asserção como sendo verdadeira independentemente de essa asserção se basear na observação direta, na inferência, ou no discurso reportado. Cornillie (2009) argumenta que a fonte da informação pode receber diferentes graus de fiabilidade, mas isso não envolve necessariamente diferentes graus de compromisso epistémico do locutor, visto que a avaliação da probabilidade de algo ser verdadeiro ou se realizar é diferente da avaliação da fiabilidade da fonte de informação – “the former notion [the reliability of evidential values] mainly refers to states of affairs that have happened or, at least, are happening, whereas the latter [likelihood] also refers to the future” (Cornillie 2009: 59).

Mas também é verdade que evidencialidade e modalidade epistémica estão intimamente relacionadas: confiamos mais na validade de uma informação baseada na experiência direta corpórea ou sensorial do que na inferência; confiamos mais na validade de um conhecimento coincidente com a realidade do que não coincidente ou especulativo; e a informação oriunda de outrem terá naturalmente diferentes graus de (con)fiabilidade. Mais importante ainda, as categorias da evidencialidade e da modalidade epistémica, bem como a generalidade das categorias conceptuais e linguísticas, são não discretas, não definíveis em termos de “condições necessárias e suficientes”, mas flexíveis e construídas com base em protótipos e efeitos de prototipicidade, como a teoria do protótipo da psicologia cognitiva e da linguística cognitiva e funcional (e.g. Rosch 1978, Geeraerts 1985, Taylor 1989) tem demonstrado, em oposição à teoria clássica ou lógica da categorização. É, pois, perfeitamente natural que haja expressões prototípica ou periféricamente evidenciais/mediativas e modais epistémicas, que os limites entre as duas categorias sejam difusos e que haja extensões semânticas (metonímicas ou metafóricas) de uma categoria que possam aproximar-se ou sobrepor-se à outra.

Do ponto de vista *intensional*, isto é, dos traços semânticos das categorias, ‘fiabilidade’ é o que mais aproxima as categorias da evidencialidade e da modalidade epistémica. Do ponto de vista *extensional*, ou seja, do campo de aplicação referencial das categorias, o mediativo inferencial é a subcategoria que mais pode associar evidencialidade e modalidade epistémica. E embora fiabilidade da fonte da informação e compromisso epistémico do falante (graus de certeza, probabilidade ou possibilidade de algo ser verdadeiro

ou realizar-se) não se confundam nem se impliquem, naturalmente acompanham-se, quer nos processos graduais de gramaticalização de expressões lexicais ou outras como marcadores evidenciais quer nas estratégias discursivas de identificação da fonte e do modo de acesso à informação, de construção cognitiva e comunicativa da significação, ou de interação conversacional.

Usando conceitos da Gramática Cognitiva de Langacker (1987, 1991, 2008) e seguindo o seu estudo sobre o domínio conceptual da evidencialidade (que define como a categoria que indica a origem e a fiabilidade da informação) e, em particular, a sua proposta de unificação de evidencialidade e modalidade epistémica (Langacker 2017), as duas categorias constituem dimensões complementares de *ancoragem* (“grounding”) oracional – processo que estabelece o *estatuto existencial* da situação descrita, isto é, a sua relação com a conceção que o locutor tem da realidade – e ambas contribuem para o *controlo epistémico* do locutor no discurso, a sua conceção da realidade inevitavelmente parcial e constantemente aumentada e ajustada, e para o *alinhamento intersubjetivo* dos participantes de um ato de comunicação. Esta complementaridade estende-se, ainda de acordo com Langacker (2017), às categorias TAM (tempo, aspeto e modalidade), igualmente dimensões do mesmo processo de ancoragem oracional, que exprimem a localização temporal da situação descrita e o seu estatuto epistémico na realidade. Conclui Langacker (2017) que o *controlo epistémico* dos falantes no discurso constitui a unidade na diversidade de evidencialidade e modalidade epistémica, como categorias coexistentes nas línguas em graus diferentes de codificação gramatical.

4. (Inter)subjetividade e evidencialidade

A evidencialidade/mediatividade envolve as categorias conceptuais de subjetividade e intersubjetividade em diferentes sentidos e graus. Num sentido mais imediato e geral, a informação transmitida pelo locutor pode ser da sua estrita perspetiva pessoal, sensorial ou mental (*evidência* subjetiva), ou ser partilhada por outros (*evidência* intersubjetiva), o que leva Nuyts (2001) a considerar que a (inter)subjetividade é *evidencial* por natureza.

Mas a (inter)subjetividade associa-se ou está envolvida na evidencialidade (e na modalidade epistémica) noutros sentidos, nomeadamente os que têm sido explorados pela linguística cognitiva e pela linguística funcional, como fenómenos cognitivos e pragmáticos e como processos de mudança semântica que frequentemente acompanham processos de gramaticalização, com destaque para as elaborações seminais de *subjetividade* e *subjetificação* de Langacker (1987) e de Traugott (1989), que apesar das diferenças teóricas e de perspetiva se complementam (Silva 2011, 2019).

Langacker (1990, 2003, 2006, 2008) explora o processo de conceptualização envolvido e entende *subjetividade* em termos da dimensão conceptual da *perspetiva* ou *arranjo de visão* na relação assimétrica entre conceptualizador ou locutor e objeto conceptualizado. Uma situação é *perspetivada* com *objetividade* máxima quando é colocada “em palco”, como foco explícito de atenção; pelo contrário, ela é *perspetivada* com *subjetividade* máxima quando permanece “fora de palco”, inerente ao próprio processo de conceptualização, sem ser o alvo deste processo. Na construção *objetiva* o conceptualizador não é envolvido na situação conceptualizada, funcionando apenas como sujeito de conceptualização; a construção é *subjetiva* quando o conceptualizador se envolve na situação a ponto de ser não só sujeito mas também objeto de conceptualização. A mudança da *perspetivação objetiva* para a *perspetivação subjetiva* constitui a operação conceptual de *subjetificação* e esta mudança envolve um processo gradual e multifacetado de *atenuação semântica*. Faz ainda parte do processo de *perspetivação conceptual*, tal como descrito por Langacker (1987, 2008) e desenvolvido por Verhagen (2005, 2007), a dimensão da *intersubjetividade*, entendida quer como relação horizontal de coordenação entre os sujeitos conceptualizadores locutor e alocutário quer como relação vertical de atenção conjunta de ambos ao seu objeto de conceptualização; sintetizando, um processo de coordenação cognitiva ou cognição conjunta de conhecimento mutuamente partilhado por locutor e alocutário, que está na própria base do discurso. Determinadas construções de uma língua exprimem mais e melhor esta cognição conjunta, o que faz com que elas sejam mais *intersubjetivas*, tal como determinadas construções servem para exprimir o envolvimento do locutor no discurso, o que as torna mais *subjetivas*.

Traugott (1989, 1995, Traugott & Dasher 2002) focaliza a dimensão pragmática da subjetividade e investiga o processo diacrónico da *subjetificação*, entendendo-o como uma tendência geral e gradual de mudança semântica pela qual significados que descrevem uma situação externa passam a indicar perspectivas, atitudes e crenças do locutor em relação a essa situação. Esta tendência geral para a subjetificação resulta, de acordo com Traugott, da combinação de tendências mais específicas de mudança semântica, configurando o contínuo evolutivo *proposicional* > *textual* > *expressivo*, donde os tipos de subjetificação textual e subjetificação atitudinal. Como tendências para a pragmatização do significado, Traugott argumenta que a subjetificação deve ser vista como um processo de *reforço pragmático* resultante da convencionalização de *inferências sugeridas* no discurso ou implicaturas conversacionais. Enquanto as expressões de subjetividade codificam a atitude ou perspectiva do locutor, os marcadores de intersubjetividade codificam a atenção do locutor para com o seu interlocutor. Traugott (2003) define a *intersubjetificação* como um processo gradual de mudança semântica pelo qual um significado passa a codificar a relação entre locutor e interlocutor em sentido quer epistémico quer social. Em estudo posterior, Traugott (2010) focaliza o modo como a atenção ao eu social do alocutário é semanticamente codificada em construções linguísticas e restringe o processo de intersubjetificação à emergência de marcadores de cortesia verbal ou outros marcadores afins. Outros estudos (e.g. Davidse et al. 2010, Brems et al. 2014) têm alargado o conceito de intersubjetividade no sentido de incluir, não apenas significados referentes ao eu social e à relação com o alocutário (intersubjetividade atitudinal), mas também significados textuais de negociação dos referentes discursivos (intersubjetividade textual).

Entendendo com Langacker (2017) que a evidencialidade também contribui para o controlo epistémico do locutor no discurso e para o alinhamento intersubjetivo dos participantes de um ato de comunicação, como vimos na secção anterior, fica mais clara a sua relação estreita com a subjetividade e a intersubjetividade, quer como processos de conceptualização, tal como descritos por Langacker, quer como relações construídas pragmática e discursivamente, tal como caracterizadas por Traugott. Particularmente nas línguas em que os marcadores evidenciais/

mediativos resultam de processos graduais de gramaticalização, a subjetificação e a intersubjetificação, no sentido tanto de Langacker como de Traugott, são processos cognitivos e pragmático-discursivos fundamentais dessas gramaticalizações, como veremos na secção seguinte com alguns exemplos do português.

5. Marcadores evidenciais/mediativos do português: breves exemplos

5.1. O futuro perfeito

As formas do futuro e do condicional desenvolveram usos de marcador mediativo, quer o mediativo reportativo de facto relatado, característico do discurso jornalístico e exclusivo do português europeu, quer o mediativo inferencial de facto inferido. O futuro composto especializou-se como mediativo reportativo no discurso jornalístico do género notícia, sendo também usado como mediativo inferencial, para além do uso temporal e aspetual de evento terminado no futuro (donde a designação de futuro *perfeito*), hoje pouco frequente. O futuro perfeito como marcador de mediativo reportativo constitui uma peculiaridade da língua portuguesa, entre as línguas românicas e não só, e tem sido objeto de amplos e importantes estudos, como os de Duarte (2009, 2012, 2015, 2017, 2019, 2021)³ e, juntamente com outras formas de futuro e do condicional, os de Giomi (2010, 2017), Martins (2010) e Oliveira (2013, 2015).

A interpretação do significado e da função do futuro perfeito reportativo não é, porém, consensual. Duarte (particularmente Duarte 2019), seguindo a proposta de Kronning (2012) para o condicional em francês, considera que o futuro perfeito é um marcador misto, simultaneamente mediativo reportativo e modal epistémico, e que ambos os valores (reportativo e epistémico) produzem um efeito de desresponsabilização do locutor quanto à validação do conteúdo proposicional do seu enunciado: “o locutor não se compromete com, não se responsabiliza pelo conteúdo do enunciado relatado ou não se compromete quanto à fiabilidade do enunciado fonte (ou

3 Agradeço a Isabel Margarida Duarte a disponibilização dos seus estudos e a reflexão sobre o futuro perfeito.

até quanto à fiabilidade da própria fonte)” (Duarte 2019: 86), donde “um menor grau de certeza do locutor [...] sobre a informação” (Duarte 2019: 88). Os restantes autores referenciados, designadamente Giomi (2010: 193), Martins (2010: 242) e Oliveira (2013: 95), defendem que o futuro perfeito é um mediativo reportativo, não exercendo necessariamente função de modal epistémico, visto que não admite a substituição por perífrases verbais com *poder*, *dever* ou *haver de*. Particularmente para Giomi (2010) e Martins (2010), isto confirma a independência da evidencialidade/mediatividade em relação à modalidade epistémica.

Atentemos no exemplo (1), dado por Duarte (2019: 88), extraído do jornal *Público* de uma notícia sobre o atentado de Barcelona em agosto de 2017.

- (1) *As mais recentes informações sobre o atentado terrorista que atingiu Barcelona esta quinta-feira apontam para Moussa Oukabir como o principal suspeito do ataque reivindicado pelo Daesh. [...] Moussa Oukabir vive em Barcelona e é apontado como o responsável pelo atropelamento deliberado de vários transeuntes. De acordo com o jornal catalão La Vanguardia, o suspeito terá chegado de Marrocos no domingo, 13 de Agosto. (Público, 18.08.2017)*

Duarte (2019: 88) propõe o teste da substituição do futuro perfeito pelo pretérito perfeito e aplica-o ao exemplo (1) para mostrar que o futuro perfeito (neste caso, *terá chegado*) exprime um menor grau de certeza do locutor sobre a informação veiculada, por comparação com o pretérito perfeito (*chegou*). Ora o uso do pretérito perfeito em (1) não garante maior grau de certeza do locutor. Com efeito, o teste da adição da construção adversativa “mas não o posso garantir”, que Duarte (2019: 89) também propõe, pode ser aplicado também ao enunciado com pretérito perfeito, como em (1’).

- (1’) *De acordo com o jornal catalão La Vanguardia, o suspeito chegou de Marrocos no domingo, 13 de Agosto, mas não o posso garantir. (ou: mas não posso garantir que seja verdade/que tenha chegado)*

O mesmo se pode dizer do exemplo (2), que constitui o parágrafo subsequente da mesma notícia. O uso do futuro composto (*terá conduzido*) não está necessariamente associado a um menor grau de certeza do jornalista em relação ao condutor da carrinha que atingiu dezenas de pessoas, tal como o emprego do pretérito perfeito no mesmo parágrafo (*fugiu*) não garante maior grau de certeza do mesmo jornalista relativamente à fuga do suspeito. Mesmo podendo haver mais condições, por parte das fontes jornalística e judiciais, para um grau superior de validação e de certeza da fuga do suspeito do que da sua condução da carrinha, não há em (2) nenhum indício dessa diferença de grau de validação e de certeza do jornalista do *Público* em relação quer às suas fontes (duplas) quer às respetivas informações reportadas.

- (2) *Escreve o El Mundo, citando fontes policiais, que Moussa Oukabir terá conduzido a carrinha que entrou pela Praça da Catalunha e seguiu para a zona central da Rambla, exclusiva para peões, percorrendo centenas de metros e atingindo dezenas de pessoas. Após o crime, com um boné, fugiu a correr do centro da cidade. (Público, 18.08.2017)*

Vejamos outros exemplos, retirados do *corpus* CETEMPúblico (190 milhões de palavras de textos do jornal *Público* de 1991-1998).

- (3) *Em termos médios e no segundo trimestre, o sector terá registado uma taxa de 84 por cento, o que representa «a mais elevada desde o início de 1992». (CETEMPúblico 1997, par=ext91465-eco-97b-1)*
- (4) *O embaixador indonésio indicou ainda que, em 1994, as famílias timorenses terão escrito ao Presidente Suharto, «que ficou emocionado com a sua carta» e que deu instruções ao ministro coordenador de Assuntos Políticos de Segurança para garantir a sua repatriação para a Indonésia (CETEMPúblico 1996, par=ext45672-pol-96a-1)*
- (5) *O tribunal deu como provado que Marta terá comunicado a Alexandre que se encontrava grávida exigindo ao industrial*

dinheiro para fazer um aborto e ameaçando deixar-lhe o filho à porta de casa caso isso não acontecesse (CETEMPúblico 1997, par = ext609453-soc-97a-1)

Em (3), o futuro composto (*terá registado*) não indica dúvida ou incerteza do jornalista em relação ao valor da taxa de crescimento, sobretudo porque a informação diretamente citada da sua fonte na oração relativa que se lhe segue confirma esse aumento. A substituição de *terá registado* por *registou* não aumentaria o grau de certeza do jornalista. Também em (4) a opção pelo futuro perfeito (*terão escrito*) não marca incerteza do jornalista relativamente à carta dirigida pelas famílias timorenses ao Presidente da Indonésia, visto que se assegura que este ficou emocionado com essa carta. E em (5) não há razão para dúvidas do jornalista sobre o que Marta comunicou e exigiu a Alexandre, já que isso ficou provado em tribunal. Tal como em (3), também em (4) e (5) o futuro composto não é mais do que um mediativo de informação reportada.

Nestes e noutros exemplos idênticos típicos do discurso jornalístico noticioso, o futuro composto é um mediativo reportativo que não tem de ser também modal epistémico para marcar menor grau de certeza. É certo que nos contextos jornalísticos de informação de urgência, pela gravidade da situação, pode efetivamente, como observa Duarte (2019: 87), “haver uma tensão entre, por um lado, a necessidade e a urgência de informar, face à gravidade dos factos, e, por outro, a prudência jornalística que aconselha a não informar se a informação não é ainda fiável”. Mas o mediativo reportativo serve para isso mesmo: quer para sinalizar informação de outrem ou facto relatado, quer para marcar distanciamento, não comprometimento ou descomprometimento do locutor em relação à informação reportada, próprio do ato de enunciação mediatizada e não só característico como também necessário do discurso jornalístico, mas este distanciamento ou não/descomprometimento enunciativo não implica algum grau de incerteza ou dúvida. A incerteza ou dúvida pode estar associada ao futuro perfeito reportativo – mostrando assim a afinidade entre evidencialidade e modalidade epistémica, referenciada na secção 3 –, mas não como parte do seu significado codificado, antes como eventual significado inferido no discurso.

Também o futuro simples e o condicional (ou futuro do pretérito) simples e composto têm usos de mediativo reportativo, que não vamos analisar aqui (ver os estudos de Giomi 2010, 2017 e de Oliveira 2013). Adaptando o exemplo (1), esses usos leem-se em: “De acordo com o jornal catalão *La Vanguardia*, o suspeito será originário de Marrocos” (futuro simples); “De acordo com o jornal catalão *La Vanguardia*, o suspeito teria chegado de Marrocos na semana passada” (condicional composto); “De acordo com o jornal catalão *La Vanguardia*, o outro terrorista seria o irmão de Moussa Oukabir” (condicional simples).

O futuro perfeito do português tem outro significado mediativo, mais próprio em textos de opinião do discurso jornalístico ou de outros discursos. É o futuro perfeito como mediativo inferencial, exemplificado em (6)-(9). É aqui que a evidencialidade/mediatividade mais se aproxima da modalidade epistémica. Este mediativo inferencial, marcando o modo inferencial de o locutor construir o conhecimento, pode combinar-se com a atitude epistémica do locutor sobre o conteúdo proposicional do enunciado, seja um valor modal de probabilidade, como em (6) e mais explicitamente em (7) através do advérbio confirmativo e reforçativo *mesmo*, do adjetivo *fundamental* e da oração relativa, seja um valor modal de suposição, como em (8), ou de incerteza, como em (9), ou outros valores modais epistémicos. Todavia, estes valores epistémicos não são necessários no uso do futuro perfeito mediativo inferencial e este marcador pode funcionar com o seu significado estritamente evidencial.

- (6) *Terão sido* essas perturbações que terão permitido que o Universo de hoje, em vez de possuir uma distribuição uniforme de matéria, possua galáxias, estrelas e planetas (CETEMPúblico 1992, par=ext108740-nd-92a-2)
- (7) *Mas na prática a aproximação entre Pequim e Hanói já vem de trás, de há cerca de um ano, e terá sido mesmo o factor fundamental que conduziu às negociações para a assinatura, a semana passada em Paris, dos acordos de paz para o Camboja.* (CETEMPúblico 1991, par=ext450472-pol-91b-2)
- (8) *Ele não terá apanhado o autocarro na paragem certa.*
- (9) *Terá ele encontrado a carteira?*

Um outro uso do futuro composto é o atenuativo ou de cortesia e este uso pragmático ocorre em diferentes discursos geralmente formais, tanto na variedade europeia como na variedade brasileira, como exemplificado em (10)-(12). Encontram-se em jornais brasileiros vários exemplos idênticos a (12), como “O leitor terá percebido/verificado ...”.

- (10) O sr. Diretor ter-se-á esquecido que marcámos uma reunião para hoje de manhã.
- (11) O dr. E. Figueiredo terá esquecido três coisas importantes: que as minorias políticas, os pequenos partidos [...]; que ousar ser minoria significou e significa [...]; e que, por isso mesmo, em democracia, as minorias devem ser protegidas e respeitadas (CETEMPúblico 1995, par=ext1145569-nd-95b-2)
- (12) O leitor já terá notado que tenho implicância particular com erros, em especial os de português (CHAVE, Folha de São Paulo, F950326-014-187)

Vejamos agora a produtividade destes usos não temporais do futuro perfeito, sobretudo o seu uso de mediativo reportativo em alguns *corpora* do Projeto AC/DC da Linguatca (Santos & Sarmento 2003). No CETEMPúblico (190 milhões de palavras do jornal português *Público* de 1991-1998), encontram-se 1.084 ocorrências do futuro perfeito, que não incluem os verbos *ser* (10.962 nas formas do futuro perfeito), *estar* (573), *fazer* (710) e ainda outros verbos que a fórmula de pesquisa de ocorrências de futuro perfeito não terá captado.⁴ A grande maioria destas ocorrências é mediativo reportativo ou mediativo inferencial. Selecionando um verbo de uso maioritariamente reportativo no futuro perfeito como *dizer*, encontram-se no mesmo *corpus* 722 ocorrências de todas as formas de *ter-Futuro dito*. No *corpus* paralelo CETENFolha (24 milhões de palavras do jornal brasileiro *Folha de São Paulo* de 1994), a mesma fórmula de pesquisa encontrou apenas 37 ocorrências do futuro perfeito (fórmula sem seleção de verbo), 104 ocorrências de futuro perfeito com o verbo *ser*, 0 com *estar* e 11 com *fazer*; em relação ao verbo *dizer*, há apenas 3 ocorrências de todas as formas

4 Fórmula utilizada: [lema=>ter & temcagr=>FUT_IND] [temcagr=>PCP]

do futuro perfeito. Em nenhuma destas ocorrências de futuro perfeito no jornal brasileiro se encontra o valor reportativo, o que confirma que o futuro perfeito não tem uso reportativo no português brasileiro. A mesma fórmula encontrou no *subcorpus* de jornais do *Corpus Brasileiro* 88 ocorrências (sem seleção de verbo), 958 com o verbo *ser*, 2 com o verbo *estar*, 105 com o verbo *fazer* e 11 com o verbo *dizer* – nenhuma destas ocorrências tem valor reportativo. No *Museu da Pessoa* (*corpus* de entrevistas de cerca de um milhão e meio de palavras do português europeu e brasileiro dos anos 2000), a mesma fórmula sem seleção de verbo e com os verbos *ser*, *estar*, *fazer* e *dizer* encontrou apenas 9 ocorrências, todas do português europeu e nenhuma com valor reportativo.

Consideremos agora as questões da relação entre evidencialidade e modalidade epistémica no futuro perfeito e do desenvolvimento dos seus usos evidenciais. Em relação à primeira questão, coloca-se aqui um dos problemas maiores de descrição das categorias polissémicas, designadamente o *problema duro* de diferenciação de sentidos (Silva 2006, 2010); neste caso, a diferenciação ou não entre significados evidenciais ou mediativos e significados modais epistémicos do futuro perfeito. Este problema envolve a distinção entre significado *codificado*, isto é, armazenado na memória semântica dos falantes, e significado *inferido* ou uso realizado num contexto discursivo específico (distinção já estabelecida no séc. XIX pelo “neogramático” H. Paul entre significado *usual* e significado *ocasional*, respetivamente).

A possível leitura modal epistémica de menor certeza do futuro perfeito reportativo é ainda um “significado ocasional”, um uso muito dependente do contexto, uma implicatura conversacional, uma inferência não necessária. Mas a leitura modal epistémica de menor ou maior (in)certeza poderá ser já uma inferenciação relativamente convencionalizada do futuro perfeito como mediativo inferencial, cujo processo envolve o mecanismo cognitivo da metonímia, o que acontece em qualquer convencionalização de implicaturas conversacionais ou de inferências contextualmente sugeridas (Silva 2019). Os usos do futuro perfeito como mediativo reportativo e como mediativo inferencial são significados codificados, estabelecidos na memória dos falantes, embora o reportativo seja discursiva e estilisticamente marcado (discurso jornalístico do género notícia). É importante notar que os sentidos

não são dados, estáticos, distintos, mas construídos, dinâmicos, flexíveis, negociáveis. Pode, assim, evitar-se tanto a falácia da generalidade ou o mito dos “significados essenciais” como a falácia da polissemia infinita ou o mito dos “usos puramente contextuais”.

Vejamos agora a questão de saber como se desenvolveram os sentidos mediativos reportativo e inferencial do futuro perfeito. Não podendo apresentar aqui um estudo diacrónico, deixamos breves observações sobre a provável trajetória do processo de gramaticalização destes usos mediativos do futuro composto. Em primeiro lugar, os dados recolhidos por Duarte (2019) da expressão *terá dito* no *Corpus do Português* (M. Davis) mostram que o futuro perfeito reportativo representa um processo de gramaticalização em curso no português europeu em textos de imprensa: não há exemplos anteriores ao séc. XVIII, a esmagadora maioria das ocorrências é do séc. XX, do discurso jornalístico e do português europeu, sendo muito poucas as ocorrências no português brasileiro (18 vezes mais ocorrências em Portugal). Também Giomi (2017) considera que o processo de gramaticalização do uso reportativo do futuro (composto e simples) ainda não se concluiu. Na verdade, o sentido reportativo depende ainda da condicionante co(n)textual de atribuição da proposição a uma fonte externa e tem a marca estilística de uso típico do discurso jornalístico noticioso.

Mas de onde e como se terá desenvolvido este uso reportativo relativamente recente e ainda não totalmente gramaticalizado? Tendo em conta a relação estreita entre as categorias conceptuais de evidencialidade e modalidade epistémica, como vimos na secção 3, e o facto diacrónico de existirem dados interlinguísticos que apontam no sentido da emergência de significados evidenciais, inclusivamente significados mediativos de informação reportada, diretamente a partir de significados modais epistémicos (Aikhenvald 2004: 284-285), é plausível admitir que o significado reportativo do futuro perfeito (bem como do futuro sintético) se tenha desenvolvido a partir do seu significado epistémico (hipótese apontada também por Giomi 2017: 299), mais diretamente a partir do seu uso como mediativo inferencial, e não do seu significado temporal. A função claramente interpessoal do futuro reportativo, indicando que a fonte de informação não é o locutor, mostra que esta gramaticalização do futuro reportativo se caracteriza por um processo de *intersubjetificação*,

tanto na perspetiva cognitiva de Langacker (2008) e Verhagen (2005) como na perspetiva pragmática de Traugott (2003, 2010), como vimos na secção 4. Isto é, o futuro reportativo codifica quer a coordenação cognitiva do locutor com o alocutário relativamente à fonte de informação quer a relação pragmática de reajustamento do locutor para com o alocutário também em relação à fonte de informação. E neste processo diacrónico de intersubjetificação intervém o mecanismo cognitivo da metonímia, que permite a extensão, por contiguidade conceptual, da informação para a sua fonte e modo de acesso e, também, do nível do conteúdo proposicional do enunciado para o nível interpessoal de coordenação cognitiva sobre a fonte e a fiabilidade da informação. Um outro processo de intersubjetificação, também por via metonímica, conduziu ao desenvolvimento do uso atenuativo do futuro composto (e do futuro simples), já não no domínio evidencial, mas no domínio pragmático de cortesia verbal.

Quanto ao desenvolvimento do uso evidencial de mediativo inferencial do futuro composto (e do futuro simples), diacronicamente anterior ao uso reportativo e provavelmente posterior aos usos epistémicos não evidenciais do futuro, a sua respetiva gramaticalização envolve um processo de *subjetificação*, nas suas dimensões cognitiva (Langacker) e pragmática (Traugott), também com a atuação do mecanismo metonímico. Esta subjetificação para a evidencialidade inferida vem na continuidade da subjetificação para os valores modais epistémicos do futuro: há um processo de atenuação semântica dos traços aspetual (prospetividade) e temporal (posteridade) do futuro e do próprio traço de futuridade e, simultaneamente, um processo de maior envolvimento do conceptualizador na situação conceptualizada no sentido da predição de uma situação não factual, nos seus vários valores modais epistémicos (possibilidade, probabilidade, etc.), e no sentido evidencial de uma predição baseada na *evidência* inferencial. Temos aqui um processo de *subjetificação extrema*, no sentido de Langacker (2003), na medida em que o conceptualizador se envolve cada vez mais na situação conceptualizada. Tendo em conta a enunciação mediatizada que igualmente caracteriza o futuro de evidencialidade inferencial, podemos dizer também que este processo de subjetificação na gramaticalização do futuro perfeito com o mediativo inferencial é acompanhado de um processo de intersubjetificação.

Como observação final, o uso reportativo do futuro perfeito no português europeu contemporâneo traz uma novidade para a tipologia linguística, especificamente uma fase diacrónica nova e ulterior no padrão evolutivo dos futuros gramaticais, tal como descrito por Bybee *et al.* (1994) e que aqui sumariamos e prolongamos com esta peculiaridade da língua portuguesa:

obrigação (ou predestinação) (< posse no futuro românico *habere* + Inf) > intenção, futuro imediato > futuridade > usos epistémicos > usos evidenciais > uso evidencial reportativo (futuro perfeito do PE contemporâneo)

5.2. O verbo *parecer*

O verbo *parecer*, originariamente verbo de perceção visual (aparência física), desenvolveu no português (e noutras línguas) usos evidenciais ou mediativos, cujo processo de gramaticalização foi analisado por Lima (2004) e, com mais desenvolvimento para o português brasileiro, por Gonçalves (2003, 2004) (ver os estudos de Cornillie 2007, 2009 sobre *parecer* em espanhol). De acordo com Lima (2004: 5), o processo de gramaticalização de *parecer* desenvolve-se já no séc. XVI, conduzindo o verbo pleno, que indica como algo é visualmente percecionado por alguém, como em “Ele parece doente”, a aproximar-se de um verbo modal e auxiliar subcategorizando um complemento infinitivo (e, posteriormente, um complemento finito) para mais abstratamente significar “how a state of affairs subjectively impresses, or is evaluated, by someone”, como em “Ele parece conhecer o livro”.⁵

Observemos os seguintes exemplos de *parecer* seguido de oração infinitiva (*parecer* + Inf.) ou finita (*parecer que*).

- (13) (contexto de assalto) *Não te preocupes; as coisas estão todas em ordem e, pelo menos à primeira vista, não parece faltar nada.*
- (14) *Este atentado – que ocorreu três dias depois de um outro semelhante, também no centro da capital argelina – parece*

⁵ Etimologicamente, o verbo *parecer* tem as suas origens na forma **parecere* do latim vulgar com o sentido de ‘aparecer, mostrar-se’, tendo registado ainda no latim usos de *parecer* com o sentido evidencial de ‘ser manifesto, ser evidente, ser patente’ (Gonçalves 2003: 147-148).

- confirmar os receios de uma nova campanha de terrorismo e de guerrilha urbana em Argel (CETEMPúblico 1996, par=ext1504068-pol-96b-1)
- (15) Segundo a polícia, um furto parece ter estado na origem do assassinio. (CETEMPúblico 1992, par=ext304221-pol-92a-1)
- (16) Aquilo que parece que vai ter maior impacto no aumento da nossa população e que vai permitir que os nossos recursos possam ser geridos de forma mais inteligente é o acesso da mulher à informação e à educação (CETEMPúblico 1994, par=ext577320-soc-94b-1)
- (17) Ocupando as traseiras do quarteirão dos paços do concelho, o novo centro cívico de Matosinhos, saído do lápis de Alcino Soutinho, parece que vai, finalmente, sair do papel. (CETEMPúblico 1998, par=ext183801-soc-98b-1)

Em (13), (14) e (16) *parecer* + Inf. e *parecer que* exprimem significados inferenciais: inferência mais perceptual (baseada na perceção), em (13), e inferência mais conceptual (baseada no raciocínio), em (14) e (16). Estes usos inferenciais são evidenciais ou mediativos, na medida em que indicam o modo como o locutor acede ao conhecimento e esse modo é a inferência, mais perceptual (13) ou mais conceptual (14, 16). Importa verificar que este significado inferencial de *parecer* sobretudo em (13) e em boa medida também em (14) e (16) é unicamente evidencial/mediativo e não tem de ser modal epistémico: o locutor de (13) não está a avaliar as possibilidades de faltar ou poder vir a faltar alguma coisa nem implícita alguma dúvida ou incerteza sobre a perceção que transmite; simplesmente informa que não faltar nada é o resultado da sua inferência perceptual; o locutor de (14) e (16) também não está necessariamente a avaliar a probabilidade de haver ou passar a haver uma nova vaga de terrorismo em Argel ou a questionar esse estado de coisas, ou a probabilidade de o acesso da mulher à informação e à educação ter esses efeitos ou a questionar essa relação causal; fundamentalmente informa que a probabilidade de isso acontecer é o resultado da sua inferência conceptual, embora não seja de excluir algum valor modal epistémico, mais facilmente associado a um raciocínio deduzido. Embora o comprometimento do locutor de (13), (14) e (16) seja

mais baixo do que no correspondente enunciado sem o marcador mediativo *parecer*, o conteúdo proposicional inferencialmente mediatizado mostra-se mais factual do que o conteúdo proposicional qualificado por um marcador modal epistémico. Tal como vimos no futuro perfeito, também a evidencialidade/mediatividade inferencial de *parecer* + Inf. e *parecer que* não implica modalidade epistémica, embora as duas categorias se possam associar em determinados contextos, especialmente nos contextos de inferência conceptual.

Já em (15) e (17), o verbo *parecer* tem um significado evidencial/mediativo de informação reportada, cuja fonte é identificada em (15), como sendo a polícia, e não o é em (17), sendo equivalente a “ouvir dizer” ou “dizem” (provavelmente os responsáveis da Câmara de Matosinhos). A evidencialidade reportativa de (15) e (17) é comprovável com a adição da oração adversativa “mas eu acho/sei que não”, contrariando a informação reportada; esta oração adversativa não é possível em (13), (14) e (16), o que comprova o valor inferencial de *parecer* nestes três exemplos. Tal como no futuro perfeito reportativo, *parecer que* e *parecer* + Inf. reportativos não implicam maior ou menor incerteza ou dúvida, embora determinados contextos possam favorecer esse valor modal epistémico como implicatura conversacional, comprovando também a independência da evidencialidade em relação à modalidade epistémica.

Embora careça de uma comprovação empírica através de uma análise de *corpus*, é plausível admitir a hipótese das seguintes diferenças de distribuição das duas construções do verbo *parecer* pelos dois valores evidenciais: *parecer* + Inf. tende a codificar o valor mediativo inferencial e só quando acompanhado de expressões introdutórias de discurso relatado (“segundo X”, “de acordo com X”, “para X”) é que ativa o valor mediativo reportativo, como em (15); pelo contrário, *parecer que* pode codificar quer o mediativo reportativo quer o mediativo inferencial, mas, pelo menos em determinados contextos, tende a ativar o valor reportativo. O exemplo (18) admite as duas leituras, mas a mais imediata é a reportativa. O mesmo acontece com exemplos como “Parece que os combustíveis vão subir mais uma vez”. Já a construção *parece-me que* restringe-se ao valor mediativo inferencial, como em (19). Esta distribuição de *parecer* + Inf. e *parecer que* em português europeu não acompanha na totalidade a distribuição

estabelecida por Cornillie (2007, 2009) para o espanhol, segundo a qual *parecer + Inf.* se restringe à inferência e *parecer que* codifica os dois usos evidenciais, tanto o inferencial como o reportativo.

- (18) *Parece que a guerra na Ucrânia vai acabar na próxima semana, com a retirada das tropas russas.*
- (19) *Parece-me que a guerra na Ucrânia vai acabar na próxima semana, com a retirada das tropas russas.*

Vejamos agora, de modo muito sumário e aproximativo, como se terão gramaticalizado os dois usos evidenciais do verbo *parecer* nas construções infinitiva e finita. A gramaticalização do valor de mediativo inferencial fez-se através de um processo cognitivo (Langacker) e pragmático (Traugott) de *subjetificação*: *parecer + Inf.* e *parecer que* exprimem, já não o significado originário de aparência física, mas uma asserção subjetiva, necessariamente mais orientada para o locutor e mais dependente da perspetiva do sujeito conceptualizador, baseada na interpretação que o conceptualizador faz dos indícios que o conduzem à inferência; a situação expressa na oração infinitiva ou na oração finita é subjetivamente construída pelo conceptualizador, correspondendo à sua perspetiva (visão, raciocínio, crença); os traços mais objetivos do significado físico de *parecer* atenuaram-se para dar lugar ao maior envolvimento do conceptualizador para construir conhecimento com base na inferência. Em termos de mudança semântica, deu-se uma extensão metonímica do significado de aparência física para o significado de impressão subjetiva. Conviria ainda analisar as diferenças de subjetificação entre a construção infinitiva e a construção finita, bem como saber se a gramaticalização de *parecer* como marcador epistémico segue (ou não) a trajetória que vai do sentido evidencial epistémico para sentidos mais epistémicos.

Por sua vez, a gramaticalização do valor de mediativo reportativo de *parecer que* e *parecer + Inf* envolveu um processo cognitivo e pragmático de *intersubjetificação*: o locutor coordena-se cognitivamente com o alocutário para o acesso partilhado à informação em segunda mão e ambos são sujeitos de conceptualização dessa informação; a informação que vem de uma fonte externa ao locutor é assumida pelo locutor para ser partilhada

com o interlocutor, dando a este uma impressão de maior fiabilidade e, conseqüentemente, mais condições de factualidade, porque a respetiva informação é da responsabilidade de várias pessoas. Comparando (19) com (18), verifica-se que o dativo *me* da construção *parece que* cancela esta intersubjetividade e, conseqüentemente, impede a leitura reportativa, dando à construção uma leitura exclusivamente inferencial. Em termos de mudança semântica, também aqui ocorre uma extensão metonímica, que vai da informação externa ao locutor para informação partilhada.

6. Conclusão

A evidencialidade ou mediatividade é a categoria conceptual e funcional que designa a fonte e a fiabilidade da informação de determinada proposição expressa num enunciado, independentemente das suas formas de expressão linguística, seja codificada num sistema gramatical específico, como acontece apenas em algumas línguas, seja expressa por estratégias discursivas e por construções de um contínuo léxico-gramatical. Com mais transparência nas línguas desprovidas de um sistema gramatical próprio de evidencialidade, esta categoria cognitivo-funcional emerge da interação verbal, responde a necessidades discursivas e convencionaliza-se em expressões lexicais e em marcadores menos ou mais gramaticais através de processos diacrónicos graduais de gramaticalização de estratégias discursivas, que envolvem processos cognitivos e pragmático-discursivos de subjetificação e intersubjetificação.

Evidencialidade ou mediatividade e modalidade epistémica são categorias cognitivo-funcionais distintas mas relacionadas. Por um lado, a fiabilidade da fonte de informação expressa pela categoria da evidencialidade não envolve necessariamente grau de compromisso epistémico do locutor, grau de (in)certeza relativamente à verdade da proposição que enuncia ou grau de possibilidade/probabilidade de algo ser verdadeiro ou realizar-se, expressos pela modalidade epistémica. O futuro perfeito de uso reportativo do português europeu contemporâneo, típico do discurso jornalístico noticioso, e o uso reportativo de *parecer que* e oração finita e de *parecer* e oração infinitiva comprovam esta independência da evidencialidade/

mediatividade em relação à modalidade epistémica. Por outro lado, evidencialidade/mediatividade tende a combinar-se com modalidade epistémica, o que é natural pelos efeitos de prototipicidade do processo cognitivo fundamental de categorização: confiamos mais na validade de uma informação que possa ser mais coincidente com a realidade e/ou cuja fonte seja mais fidedigna ou credível; o mediativo inferencial expresso em usos do futuro perfeito e de *parecer* seguido de oração infinitiva ou finita comprova bem a sobreposição parcial de evidencialidade e modalidade epistémica. No plano da estrutura conceptual de uma situação e da sua codificação e expressão numa frase/enunciado, expressões evidenciais/mediativas e modais epistémicas complementam-se no processo que estabelece o estatuto existencial dessa situação (que em Gramática Cognitiva se designa por processo de *ancoragem* oracional) e ambas contribuem para o controlo epistémico do locutor no discurso e para o alinhamento intersubjetivo dos participantes do ato de comunicação.

O futuro perfeito e as construções com o verbo *parecer* constituem duas expressões gramaticalizadas de evidencialidade/mediatividade do português. Argumentamos que o uso evidencial reportativo do futuro perfeito, peculiar do português europeu contemporâneo e típico do discurso jornalístico do género notícia, marca distanciamento, não comprometimento ou descomprometimento do locutor (jornalista) em relação à informação reportada, mas não envolve necessariamente menor grau de certeza sobre a verdade dessa informação. Já o uso mediativo inferencial do futuro perfeito pode mais facilmente combinar-se com valores modais epistémicos, como inferenciações contextualmente sugeridas que tendem a fixar-se. A mesma independência da evidencialidade em relação à modalidade epistémica verifica-se nos usos evidenciais das construções com o verbo *parecer*, mais transparente no uso de mediativo reportativo de *parecer que* e de *parecer* + Inf (apoiada esta segunda construção geralmente em expressões introdutórias reportativas), mas também presente no uso de mediativo inferencial das duas construções, o qual mostra também maior associação entre as duas categorias cognitivo-funcionais. Os usos de mediativo inferencial do futuro perfeito e do verbo *parecer* resultaram de processos diacrónicos cognitivos e pragmático-discursivos de subjetificação, ao passo que os usos reportativos das duas expressões emergiram de processos

diacrónicos cognitivos e pragmático-discursivos de intersubjetificação, representando o uso reportativo do futuro perfeito no português europeu uma fase diacrónica nova e ulterior de gramaticalização no padrão evolutivo dos futuros gramaticais e, assim, uma novidade para a tipologia linguística.

REFERÊNCIAS

- Aikhenvald, A. (2004). *Evidentiality*. Oxford University Press.
- Aikhenvald, A. (2007). Information source and evidentiality: what can we conclude? *Rivista di Linguistica*, 19(1), 209–227.
- Anderson, L. B. (1986). Evidentials, paths of change, and mental maps: Typologically regular symmetries. In W. Chafe, & J. Nichols (Eds.), *Evidentiality: The Linguistic Coding of Epistemology* (pp. 273-312). Ablex Publishers.
- Auwers, J. van der, & Plungian, V. A. (1998). Modality's semantic map. *Linguistic Typology* 2(1), 79–124.
- Bernárdez, E. (2017). Evidentiality – A cultural interpretation. In F. Sharifian (Ed.), *Advances in Cultural Linguistics* (pp. 433-459). Springer.
- Bernárdez, E. (2019, novembro 14 – 16). *Evidencialidad (mediatividad): categoría morfosintáctica, categoría conceptual, o fenómeno discursivo?* [Comunicação]. GRATO 2019 – 6th International Conference on Grammar & Text, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
- Boye, K. (2012). *Epistemic Meaning: A Crosslinguistic and Functional-Cognitive Study*. Mouton De Gruyter.
- Brems, L., Ghesquière, L., & Van de Velde, F. (Eds.). (2014). *Intersubjectivity and Intersubjectification in Grammar and Discourse. Theoretical and descriptive advances*. John Benjamins.
- Bybee, J., Perkins, R., & Pagliuca, W. (1994). *The Evolution of Grammar: Tense, Aspect, and Modality in the Languages of the World*. The University of Chicago Press.
- Campos, M. H. C. (2001). Enunciação mediatizada e operações cognitivas. In A. S. Silva (Ed.), *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva* (pp. 325-340). APL/Faculdade de Filosofia de Braga-UCP.
- Casseb-Galvão, V. C. C. (2001). *Evidencialidade e Gramaticalização no Português do Brasil: os usos da expressão diz que* [Tese de Doutoramento]. Universidade Estadual

Paulista.

- Chafe, W., & Nichols, J. (Eds.). (1986). *Evidentiality: The Linguistic Coding of Epistemology*. Ablex Publishers.
- Cornillie, B. (2007). *Epistemic Modality and Evidentiality in Spanish (semi-)auxiliaries. A Cognitive-Functional Approach*. Mouton de Gruyter.
- Cornillie, B. (2009). Evidentiality and epistemic modality: On the close relationship between two different categories. *Functions of Language*, 16(1), 44–62.
- Cornillie, B., Marín Arrese, J. I., & Wiemer, B. (2015). Evidentiality and the semantics–pragmatics interface. An introduction. *Belgian Journal of Linguistics*, 29(1), 1-18.
- Davidse, K., Vandelanotte, L., & Cuyckens, H. (Eds.). (2010). *Subjectification, Intersubjectification and Grammaticalization*. Mouton De Gruyter.
- Dendale, P., & Tasmowski, L. (2001). Introduction: Evidentiality and related notions. *Journal of Pragmatics*, 33(3), 339-348.
- Duarte, I. M. (2009). Le futuro perfeito portugais : un marqueur de médiatif. *Faits de Langue*, 33(1), 111-117.
- Duarte, I. M. (2012). Le futuro perfeito, marqueur de dialogisme. Dialogisme et discours journalistique: la «une» du quotidien *Público*. In J. Bres, A. Nowakowska, J.-M. Sarale, & S. Sarrazin (Eds.), *Dialogisme: langue, discours* (pp. 107-119). Peter Lang.
- Duarte, I. M. (2015). Modalisation, voix, discours rapporté: le futuro perfeito dans la presse portugaise sur Internet. In M. H. A. Carreira (Ed.), *Faits de langue et de discours pour l'expression des modalités dans les langues romanes* (pp. 217-232). Université Paris 8 Vincennes-Saint Denis.
- Duarte, I. M. (2017, maio 29-30). *Le futuro perfeito en portugais européen : modalité, évidentialité, temporalité, aspectualité* [Comunicação]. Colloque mETA: modalité, Evidentialité, Temporalité, Aspectualité et autres gourmandises linguistiques, Universitatea «Ovidius» din Constanta.
- Duarte, I. M. (2019). Gramática, Pragmática e competência de leitura: valores do futuro perfeito na Internet. In A. Leal, F. Oliveira, F. Silva, I. M. Duarte, J. Veloso, P. Silvano, & S. Rodrigues (Eds.), *A Linguística na Formação do Professor: das teorias às práticas* (pp. 81-95). Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- Duarte, I. M. (2021). *Valores do futuro perfeito e treino da leitura crítica: da relação entre conhecimento científico e prática docente*. [Lição de Provas de Agregação em Ciências da Linguagem – Linguística. 24 março 2021]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Geeraerts, D. (1985). *Paradigm and Paradox. Explorations into a Paradigmatic Theory of*

- Meaning and its Epistemological Background*. Leuven University Press.
- Giomi, R. (2010). *Para uma caracterização semântica do futuro sintético românico. Descrição e análise dos valores do futuro do indicativo em Português e em Italiano* [Tese de Mestrado]. Universidade de Lisboa.
- Giomi, R. (2017). Sémantique et pragmatique du du futur synthétique en portugais et en italien. In L. Baranzini (Ed.), *Le futur dans les langues romanes* (pp. 263-303). Peter Lang.
- Gonçalves, S. C. L. (2003). *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade*. [Tese de Doutoramento]. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
- Gonçalves, S. C. L. (2004). Gramaticalização de construções com o verbo “parecer” no português brasileiro: de verbo pleno a satélite atitudinal. *Veredas – Revista de Estudos Lingüísticos*, 8(1/2), 195-214.
- Guentchéva, Z. (1994). Manifestations de la catégorie du médiatif dans les temps du français. *Langue française*, 102, 8–23.
- Guentchéva, Z. (1996). Introduction. In Z. Guentchéva (Ed.), *L'énonciation médiatisée* (pp. 11-18). Éditions Peeters.
- Kronning, H. (2012). Le conditionnel épistémique: propriétés et fonctions discursives. *Langue Française*, 173, 83–97.
- Langacker, R. W. (1987). *Foundations of Cognitive Grammar: Theoretical Prerequisites* (Vol. 1). Stanford University Press.
- Langacker, R. W. (1990). Subjectification. *Cognitive Linguistics*, 1(1), 5-38.
- Langacker, R. W. (1991). *Foundations of Cognitive Grammar: Descriptive Application* (Vol. 2). Stanford University Press.
- Langacker, R. W. (2003). Extreme subjectification: English tense and modals. In H. Cuyckens, T. Berg, R. Dirven, & K.-U. Panter (Eds.), *Motivation in Language: Studies in honor of Günter Radden* (pp. 3–26). John Benjamins.
- Langacker, R. W. (2006). Subjectification, grammaticization, and conceptual archetypes. In A. Athanasiadou, C. Canakis, & B. Cornillie (Eds.), *Subjectification. Various Paths to Subjectivity* (pp. 17-40). Mouton De Gruyter.
- Langacker, R. W. (2008). *Cognitive Grammar. A basic introduction*. Oxford University Press.
- Langacker, R. W. (2017). Evidentiality in Cognitive Grammar. In J. I. Marín Arrese, G. Haßler, & M. Carretero (Eds.), *Evidentiality Revisited* (pp. 13-55). John Benjamins.
- Lima, J. P. (2004). On evidential verbs in German and Portuguese: The grammaticalization of *scheinen* and *parecer*. In S. Bračić, D. Čuden, S. Podgoršek, & V. Pogačnik (Eds.),

- Linguistic Studies in the European Year of Languages. Proceedings of the 36th Linguistic Colloquium, Ljubljana 2001* (pp. 415-424). Peter Lang.
- Lima, J. P. (2011). Speech act verbs and the coding of evidentiality in Portuguese. In G. Diewald, & E. Smirnova (Eds.), *Modalität und Evidentialität / Modality and Evidentiality* (pp. 11-33). Wissenschaftlicher Verlag Trier.
- Lima, J. P. (2014). *Studies on Grammaticalization and Lexicalization. Estudos de Gramaticalização e Lexicalização*. Lincom.
- Marín Arrese, J. I., Haßler, G., & Carretero, M. (Eds.). (2017). *Evidentiality Revisited*. John Benjamins.
- Martins, A. (2010). Evidencialidade no discurso dos media. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 5, 235-245.
- Matlock, T. (1989). Metaphor and the grammaticalization of evidentials. *Proceedings of the 15th Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society*, 15, 215-225.
- Nuyts, J. (2001). *Epistemic Modality, Language and Conceptualization*. John Benjamins.
- Oliveira, F. (1988). *Para uma Semântica e Pragmática de Dever e Poder* [Tese de Doutoramento]. Universidade do Porto.
- Oliveira, F. (2000). Some issues about the Portuguese modals. *Belgian International Journal of Linguistics*, 14(1), 145-162.
- Oliveira, F. (2003). Tempo e aspecto. In M. H. M. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria, S. Frota, G. Matos, F. Oliveira, M. Vigário, & A. Villalva, *Gramática da Língua Portuguesa* (pp. 127-178). Caminho.
- Oliveira, F., & Mendes, A. (2013). Modalidade. In E. P. Raposo, M. F. B. Nascimento, M. A. Mota, L. Segura, & A. Mendes, *Gramática do Português* (Vol. 1, pp. 623-669). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Oliveira, T. (2013). *Valores de (inter)subjetividade na análise semântica: a marcação da distância* [Tese de Doutoramento]. Universidade Nova de Lisboa.
- Oliveira, T. (2015). Between evidentiality and epistemic modality. The case of the future and the conditional in European Portuguese. *Belgian Journal of Linguistics*, 29(1), 101-122.
- Palmer, F. R. (1986). *Mood and Modality*. Cambridge University Press.
- Palmer, F. R. (2001). *Mood and Modality*. Cambridge University Press (revised edition).
- Rosch, E. (1978). Principles of categorization. In E. Rosch, & B. B. Lloyd (Eds.), *Cognition and Categorization* (pp. 27-48). Lawrence Erlbaum.
- Santos, D., & Sarmento, L. (2003). O projecto AC/DC: acesso a corpora/disponibilização de corpora. In A. Mendes, & T. Freitas (Eds.), *Actas do XVIII Encontro Nacional da*

- Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 705-717). APL.
- Silva, A. S. (2006). *O Mundo dos Sentidos em Português: Polissemia, Semântica e Cognição*. Almedina.
- Silva, A. S. (2010). Polissemia e contexto: o problema duro da diferenciação de sentidos. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 5, 353-367.
- Silva, A. S. (2011). (Inter)subjetificação na linguagem e na mente. *Revista Portuguesa de Humanidades – Estudos Linguísticos*, 15(1), 93-110.
- Silva, A. S. (2019). Protótipos e subjetificação na mudança semântica lexical e construcional. In C. A. Maia, & I. A. Santos (Eds.), *Estudos de Linguística Histórica. Mudança e Estandarização* (pp. 89-118). Coimbra University Press.
- Taylor, J. R. (1989). *Linguistic Categorization. Prototypes in Linguistic Theory*. Oxford University Press.
- Traugott, E. C. (1989). On the rise of epistemic meanings in English: an example of subjectification in semantic change. *Language*, 65, 31-55.
- Traugott, E. C. (1995). Subjectification in grammaticalisation. In D. Stein, & S. Wright (Eds.), *Subjectivity and Subjectivisation. Linguistic Perspectives* (pp. 31-54). Cambridge University Press.
- Traugott, E. C. (2003). From subjectification to intersubjectification. In R. Hickey (Ed.), *Motives for Language Change* (pp. 124-139). Cambridge University Press.
- Traugott, E. C. (2010). (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: A reassessment. In K. Davidse, L. Vandelanotte, & H. Cuyckens (Eds.), *Subjectification, Intersubjectification and Grammaticalization* (pp. 29-74). Mouton De Gruyter.
- Traugott, E. C., & Dasher, R. B. (2002). *Regularity in Semantic Change*. Cambridge University Press.
- Verhagen, A. (2005). *Constructions of Intersubjectivity: Discourse, Syntax and Cognition*. Oxford University Press.
- Verhagen, A. (2007). Construal and perspectivization. In D. Geeraerts, & H. Cuyckens (Eds.), *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics* (pp. 48-81). Oxford University Press.
- Willett, T. (1988). A cross-linguistic survey of the grammaticalization of evidentiality. *Studies in Language*, 12(1), 51-97.